

26.11.2025

CONCORDO.
PROPOSTA A ABERTURA DO
PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO
COMO BEM MÓVEL DE INTERESSE
NACIONAL DO MODELO EM BARRO
PARA A ESTÁTUA PEDESTRE DE
D. JOSÉ I, DE MACHADO DE CASTRO
A CONSIDERAR SOBRELEVA
Elsa Garrett Pinho

Deferimos a abertura
do procedimento de
classificação como bem móvel
de interesse nacional.
Presidente do Conselho de Administração
Alexandre Nobre Pais
MMP, E.P.E.

Elsa Pinho
Diretora de Coleções
MMP, E.P.E.

INFORMAÇÃO n.º 1066/COLEÇÕES/2025

data: 25/11/2025

Processo nº: H09/2025

Assunto: Proposta de abertura de procedimento administrativo de classificação como Bem de Interesse Nacional do Modelo para Estátua Pedestre de D. José I (1714-1777), da autoria de Joaquim Machado de Castro (1731-1822).

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, nomeadamente no disposto do artigo 17.º, referente aos critérios genéricos de apreciação para a classificação ou a inventariação dos bens culturais móveis.

Decreto-Lei nº 148/2015, de 4 de agosto, que estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Conselho de Administração da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. e a Diretora da Direção de Coleções, Elsa Garrett Pinho, tiveram conhecimento de que no próximo leilão presencial da Cabral Moncada Leilões (leilão nº 238), a realizar no dia 15 de dezembro do presente ano, irá a leilão o lote número 71, Modelo para Estátua Pedestre de D. José I (1714-1777), da autoria de Joaquim Machado de Castro (1731-1822).

No dia 21 de novembro de 2025, Elsa Garrett Pinho solicita à diretora do Museu Nacional Machado de Castro, Sandra Saldanha, um parecer sobre o valor cultural do modelo em apreço e do respetivo interesse para as coleções públicas portuguesas.

A 23 de novembro do mesmo ano, a Doutora Sandra Saldanha envia o seu parecer, que apensamos à presente informação.

3. DESCRIÇÃO DO BEM

3.1 Ficha

Denominação	Modelo para Estátua Pedestre de D. José I
Categoria	Escultura
Representante do Proprietário	Cabral Moncada Leilões
Autoria	Joaquim Machado de Castro
Materiais e/ou Técnica	Barro moldado
Datação	1776-1777
Dimensões	40 cm. (altura)
Antigos Restauros	Braço direito integralmente refeito com falta do cetro.

3.2 Descrição Sumária

Este modelo em barro, da autoria de Joaquim Machado de Castro, corresponde à segunda etapa do processo de criação de uma estátua pedestre de D. José I. Nesta representação, o soberano surge idealizado à romana, usando couraça com tiras de couro pendentes e grevas à maneira dos soldados romanos. Enverga um manto de aparato, preso sobre o ombro direito e que cai num cuidadoso drapeado, acentuando a dignidade régia do monarca representado. Sobre a cabeça, repousa uma coroa de louros, colocada sobre os cabelos soltos.

A mão esquerda encontra-se apoiada sobre a anca, elevando o manto no cotovelo. A mão direita ergue-se à altura do ombro, apresentando-se a mão de modo a segurar um cetro, tal como se observa no exemplar em cera pertencente ao acervo do Museu de Lisboa (MC.ESC.0288). Aos seus pés (que se encontram revestidos com as tradicionais sandálias de combate romano com atilhos de couro até altura da meia pernas), e ligeiramente recuado, situa-se um elmo decorado com plumas, evocando o espírito heroico e guerreiro, em clara referência às esculturas da Antiguidade Clássica.



Figura 1 - Vista frontal do exemplar em apreço



Figura 2 - Vista lateral 1



Figura 3 - Vista lateral 2

4. HISTÓRICO E ANÁLISE AUTORAL

O modelo que surge agora em leilão na Cabral Moncada constitui a segunda etapa do processo, sendo o primeiro, o modelo em cera patinada e dourada existente no acervo do Museu de Lisboa (MC.ESC.0288)¹ — único exemplar conhecido da estátua até ao presente — a primeira etapa, conforme descrito por Machado de Castro na sua *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*²: “fazendo os primeiros modelos em cera, os segundos em barro, e os grandes em estuque” (Castro, 1810: 4, 0), sendo que ambos os exemplares apresentam as mesmas dimensões.

¹ Esta peça foi exibida na exposição ‘Machado de Castro em Lisboa’ realizada entre 11 de maio de 2022 e 8 de janeiro de 2023, por ocasião dos 200 anos do nascimento do escultor.

² CASTRO, Machado de (1731-1822); *Descrição analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa á gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I* / Machado de Castro. Lisboa, Impressão. Regia, 1810. - [XVI], XXXVI, 328, [VI] p., [24]



Figura 4 - Modelo, em cera, para a Estátua pedestre de D. José I, da autoria de Joaquim Machado de Castro, Museu de Lisboa (MC.ESC.0288)

Este modelo tem sido, de forma errónea, associado a um projeto alternativo para a estátua da Praça do Comércio, ideia difundida, pelo menos, desde 1882, no *Catálogo da Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e hespanhola*³.

O modelo do Museu de Lisboa foi vendido num leilão da casa Dinastia, realizado a 20 de março de 1975, tendo como proveniência a família dos marqueses de Pombal. Curiosamente, o primeiro modelo em cera da estátua equestre ainda hoje se conserva em propriedade da mesma família.

A primeira referência ao modelo pedestre é feita pelo próprio mestre, em 1810, no *Catálogo da maior parte das Estatuas (...) existentes na Europa erigidas á gloria de alguns Soberanos (...)*, que colige no final da sua *Descrição Analytica*:

“Quando Sua dita Magestade faleceo, estava eu para principiar huma Pedestre do mesmo Senhor em mármore de Montes-Claros, ou de Borba, para collocar-se em certa

³ “321 Estatua pedestre de El-Rei D. José em cera e gesso, feita por Joaquim Machado de Castro. Foi o primeiro modelo para o monumento da praça do Commercio, rejeitado por se querer estatua equestre. Sr. Fernando Luiz de Sousa Coutinho, Belém.” In *Catálogo da Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola – Catálogo das Salas M, N, O*; Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

*livraria desta Corte; de cuja Estatua ainda conservo o modelo; e nelle tenho mais complaccencia, que no da Estatua Equestre, por ser vestido á Romana; e em consequência muito mais conforme ao bom gosto do Desenho.*⁴” (Castro, 1810: 327–328).

Deste testemunho é possível delimitar a datação do modelo em apreço como anterior à morte do soberano, ocorrida a 24 de fevereiro de 1777, momento em que Machado de Castro se preparava para iniciar a execução da escultura em mármore. É igualmente evidente que o falecimento do monarca ditou o abandono do projeto.

Assim, pode afastar-se a hipótese de se tratar de um projeto alternativo para a Praça do Comércio, uma vez que a obra se destinava explicitamente a “*certa livraria desta Corte*”, muito provavelmente a Real Biblioteca Pública da Corte, onde viria mais tarde a ser colocada a estátua pedestre de D. Maria I — idealizada por Machado de Castro e executada pelos seus ajudantes Faustino José Rodrigues e Feliciano José Lopes.

Evidenciando a influência dos modelos franceses, frequentemente mencionados pelo próprio artista, observam-se claras proximidades formais com as estátuas de Luís XV instaladas nas praças de Rouen e Rennes. Tais referências terão chegado a Machado de Castro através da obra fundamental de Pierre Patte (1723–1814), *Monumens érigés en France à la gloire de Louis XV* (1765), cuja presença está documentada na sua biblioteca pessoal (Faria, 2007: 418).

Sobre o facto de o escultor considerar ‘*mais conforme ao bom gosto do Desenho*’, o trajar à romana do exemplar em apreço, donde a prefere ao modelo executado para a Praça do Comércio, comprova-o a gravura por si desenhada para servir de portada à ‘*Descrição Analytica*’. Nela, podemos ver um busto do Príncipe Regente D. João (1816-1826), coroado de louros, tendo à sua direita a figura da Lusitânia e, do mesmo lado, por entre nuvens, o Templo da Memória. À esquerda a Virtude Universal está acompanhada da Fidelidade e do Génio da Escultura (figura 5)⁵.

⁴ Vide opus cit.

⁵ Gravada por Rafael Esteve (1772-1847) e impressa em Madrid a 15 de maio de 1805



Figura 5 - Gravura de Machado de castro representando D. João VI à romana

É, de resto, inequívoca a predileção do mestre por esta versão pedestre, em detrimento da equestre. Tendo sido imposto o projeto de Eugénio dos Santos, Machado de Castro lamenta a restrição quase total da sua autonomia artística: “Se coarctou ao eleito inteiramente a liberdade de Artista⁶” (Castro, 1810: 31). Explica, a propósito:

“Ficando-me, apenas, a liberdade para variar algumas prégas, ou dobras do manto no seu arrançamento, e miudezas semelhantes: porém no que eu desejava mais ansiosamente afastar-me dos desenhos, pelo que respeita ao traje do Heroe, era em vestir

⁶ Vide opus cit.

ao antigo uso Romano (...)”⁷ (Castro, 1810: 25). E em que conclui: “(...) lamentava, e lamentarei sempre, não ser a nossa Estatua vestida á Romana⁸.” (Castro, 1810: 31). Teve mais tarde a oportunidade de afirmar a sua vontade artística, com o projeto da estátua pedestre do Príncipe D. José, irmão de D. João VI, destinada ao nicho do Jardim Botânico da Ajuda. A escultura foi executada por Silvério Martins, a partir do modelo do mestre. (Mendonça, 2008: 18).



Figura 6 - Estátua pedestre do Príncipe D. José, no Jardim Botânico da Ajuda.

No que respeita à proveniência, sabendo-se que Machado de Castro afirmava em 1810 conservar ainda este modelo na sua posse, é plausível associá-lo a uma das peças arroladas no seu inventário de bens *post-mortem*. Aí se descreve “*Huma Estatua que Representa Elrey quazi de Dous Palmos de Barro da melhor Profeiçam*”, coincidindo o retratado, as dimensões e o material. À luz do conhecimento atual, a obra agora revelada poderá, portanto, constituir um objeto pessoal do escultor, preservado na sua oficina até à data da sua morte.

⁷ *Idem.*

⁸ *Ibidem.*

Joaquim Machado de Castro (1731–1822) nasceu em Coimbra, onde o pai, Manuel Machado, exercia as funções de organista e barrista. Com o pai terá iniciado a sua formação artística, influência decisiva para o jovem escultor, que ao longo da vida demonstrou uma predileção pela modelação. Ainda em Coimbra, estudou latim com os jesuítas, adquirindo uma base humanística sólida que lhe permitiria desenvolver, de forma contínua, uma cultura literária e artística superior.

Aos catorze anos, mudou-se para Lisboa, onde prosseguiu a aprendizagem de santeiro iniciada com o pai e, pouco depois, começou a fornecer modelos ao mestre lisboeta para quem trabalhava. Ingressou subsequentemente no atelier de José de Almeida (c. 1700–1769), o primeiro escultor português a ter formação na Academia de Portugal em Roma (1718–1728), com quem desenvolveu novos métodos de trabalho. O contacto com José de Almeida foi determinante para o aperfeiçoamento técnico e para o enriquecimento do gosto artístico de Machado de Castro.

Em 1756, é chamado a integrar o estaleiro de Mafra, o que demonstra já uma certa notoriedade profissional, passando a colaborar com Alessandro Giusti na modelação escultórica. A denominada escola de Mafra, conforme resolução de D. José I, constituía uma escola de ensino erudito de escultura, com um conteúdo programático de matriz clássica, eclético e algo historicista nas suas referências. De Mafra, guardaria boas recordações, tendo ali trabalhado sem cessar.

Foi também ali que recebeu o convite para participar no concurso da execução da estátua equestre — que, citando o Professor José-Augusto França, de forma “insólita”⁹ o notabilizou, dado que o projeto escultórico ao qual ficou comprometido é legado de Eugénio dos Santos.

As obras da Basílica da Estrela e as do Palácio da Ajuda foram os principais empreendimentos que dirigiu, simultaneamente a outros menores, entre os quais se destacam os presépios, sendo o da Basílica da Estrela o exemplo máximo. Machado de Castro dedicou-se aos presépios sem complexos, dignificando uma tradição antiga que

⁹ José-Augusto França; Lisboa Pombalina e o Iluminismo. 1ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

considerava mais poética, rápida de executar e, por isso, mais próxima do “fogo interior” que, no seu entender, deve animar os artistas.

Machado de Castro constitui uma figura singular no panorama artístico português, correspondendo exemplarmente ao perfil do artista clássico. O seu trabalho revela domínio técnico, ainda que contido, aliado a uma reflexão estética profunda e a uma sabedoria que se expressa nas muitas páginas que dedicou à teoria da arte, razão pela qual é considerado o artista português mais culto do seu tempo.

5. BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Joaquim Machado de - *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*. Edição Comemorativa do Segundo Centenário. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975.

FARIA, Miguel Figueira de - *Machado de Castro (1731-1822): Estudos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

FRANÇA, José-Augusto; *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 1ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

FRANÇA, José-Augusto; *A reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. 3ª Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho - O Real Jardim Botânico da Ajuda: entre o Barroco e o Iluminismo. In *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*. Lisboa: Gradiva, 2008, pp. 423-436.

PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 2005.

SALDANHA, Sandra Costa, ed. - *Machado de Castro (1731-1822): das origens à consagração*. Lisboa: MMP-MNMC, 2024.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

Face aos elementos apresentados, considera-se ser de particular relevância para a historiografia nacional este procedimento de classificação como bem de interesse nacional, também designado de “Tesouro Nacional”, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (Lei de Bases do Património Cultural), designadamente no seu artigo 15.º.

A formalização deste procedimento reveste-se de particular importância não apenas pelo valor artístico intrínseco da obra, mas também pelo facto de comprovar que o modelo em cera que consta do acervo do Museu de Lisboa correspondia, de facto, a um projeto para a execução de uma estátua pedestre de D. José I.

Acresce que o Museu Nacional Machado de Castro se encontra atualmente a desenvolver uma nova museografia, prevendo a criação de um espaço dedicado ao patrono do Museu na sua exposição permanente, onde será exposto o Modelo em barro da estátua equestre do rei D. José, classificado em 1970 e recentemente adquirido pela Museus e Monumentos de Portugal, EPE para o acervo do referido museu e onde o modelo em apreço teria, provavelmente, lugar.

A classificação contribuirá, deste modo, para assegurar a sua salvaguarda, não permitindo a sua saída do território nacional e possibilitando a sua futura aquisição para as coleções nacionais, contribuindo para a sua valorização e acessibilidade às gerações futuras, criando simultaneamente condições propícias ao seu estudo aprofundado.

Trata-se, ademais, de um exemplar excecional no contexto das coleções nacionais, amplamente documentado e de relevância incontornável, que permitirá preencher uma lacuna significativa no conhecimento da obra de um dos mais importantes e consagrados artistas portugueses.

Importa ainda destacar o parecer favorável da diretora do MNMC, apensado ao presente documento, e segundo a qual: *“Face ao exposto, sou de parecer que deverá ser assegurada a abertura do procedimento administrativo de classificação da obra (...)”*

De acordo com o disposto no art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, destacamos o elevado interesse cultural deste bem, designadamente nos domínios Artístico,

Documental, Histórico e Técnico, alíneas a), d), f) e k) do n.º 1 do mesmo artigo, que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, raridade e singularidade que justificam a sua classificação (artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Cumulativamente, são ainda tidos em consideração os critérios identificados no n.º 3 do artigo 16.º do supracitado Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, correspondentes às alíneas a), b), c), d), f) e h), respetivamente:

O carácter matricial do bem;

O génio do respetivo criador;

O interesse do bem enquanto testemunho notável de vivências ou factos históricos;

O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;

A importância do bem na perspectiva da sua investigação histórica e científica e o que nela se reflete do ponto de vista de memória coletiva;

A efetiva necessidade de proteção e valorização do bem;

7. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do acima exposto, e dando cumprimento ao disposto no artigo 15º, n.º 4, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no artigo 3º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, e com base nos elementos fornecidos no parecer técnico subscrito pela Senhora Diretora do Museu Nacional Machado de Castro, datado de 22 de novembro de 2025, propõe-se a abertura do procedimento de classificação como bem móvel de Interesse Nacional, dito “Tesouro Nacional”, do Modelo para Estátua Pedestre de D. José I (1714-1777), da autoria de Joaquim Machado de Castro (1731-1822).

À consideração superior,



Ricardo Barbosa

Licenciado em Conservação e Restauro

Parecer sobre modelo em barro para uma estátua pedestre do rei D. José, da autoria de Joaquim Machado de Castro

A Cabral Moncada Leilões levará à praça, no próximo dia 15 de dezembro de 2025, o modelo de uma estátua pedestre o rei D. José (leilão nº 238, lote 71), da autoria de Joaquim Machado de Castro (1731-1822). Peça que constitui uma versão em barro de um outro modelo, em cera patinada e dourada, pertencente às coleções do Museu de Lisboa (MC.ESC.0288), os dois exemplares, com as mesmas dimensões (40 cm), ilustram as etapas iniciais do processo criativo praticado e sistematicamente descrito por Machado de Castro: "fazendo os primeiros modelos em cera, os segundos em barro, e os grandes em estuque". (Castro, 1810: 40).

Proveniente de uma coleção privada, o modelo em cera do Museu de Lisboa, única versão conhecida desse monumento pedestre até ao presente, tem sido erradamente associado a um primeiro projeto de Machado de Castro para a estátua da praça do Comércio – uma ideia difundida, pelo menos, desde 1882, no catálogo da *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e hespanhola*. Associação que não encontra sustentação na investigação mais recente, ou em qualquer fonte documental, persiste, ainda assim, na ficha de inventário do Museu de Lisboa. Na realidade, estritamente vinculado ao projeto definido por Eugénio dos Santos (1711-1760), o primeiro modelo de Machado de Castro para o monumento equestre – igualmente em cera patinada – conserva-se na coleção familiar do marquês de Pombal até à atualidade.

A peça que agora chega ao mercado, é apresentada no catálogo da leiloeira como um projeto destinado à "segunda praça de Lisboa, o Rossio", datado entre 1772 e 1777. O contacto com os muitos testemunhos diretos legados pelo artista, sobejamente conhecidos e parcialmente publicados, possibilitam, contudo, um mais correto enquadramento da obra, respetiva datação, finalidade e proveniência. Com efeito, a primeira referência a este modelo pedestre é feita pelo próprio Joaquim Machado de Castro, em 1810, no "Catálogo das Estátuas" europeias e portuguesas, que colige no final da *Descrição Analytica* da estátua equestre:

"Em Portugal, pelo Publico, não temos ainda mais que a Estatua Equestre em bronze erigida ao Senhor Rei D. José I. Quando Sua dita Magestade faleceo, estava eu para principiar huma Pedestre do mesmo Senhor em mármore de Montes-Claros, ou de Borba, para colocar-se em certa livraria desta Corte; de cuja Estatua ainda conservo o modelo; e nelle tenho mais complaccencia, que no da Estatua Equestre, por ser vestido á Romana; e em consequência muito mais conforme ao bom gosto do Desenho". (Castro, 1810: 327-328; sublinhado nosso).

Tendo como ponto de partida o depoimento do autor, será plausível inferir:

- **A datação:** 1777, pouco antes da morte do soberano, ocorrida a 24 de fevereiro – facto que determina o abandono do projeto.
- **A finalidade:** destinada a uma "certa livraria desta Corte", possivelmente a da Real Mesa Censória, uma vez desaparecida a do Paço Real. Na génese da Real Biblioteca Pública da Corte, aí viria a ser instalada, anos mais tarde, uma outra representação régia pedestre – a estátua de D. Maria I – idealizada por Machado de Castro e executada pelos seus ajudantes Faustino José Rodrigues e Feliciano José Lopes. Encomendada em 1783 pelo marquês de Ponte de Lima para o seu palácio em Mafra, a primitiva ideia de uma estátua de D. José poderá ter contribuído para a oferta, em 1799, quando o comitente assumia já o cargo de inspetor-geral da Real Biblioteca.

- **A proveniência:** modelo em barro que em 1810 Machado de Castro afirmava conservar na sua posse, será imputável a uma das peças arroladas no seu inventário de bens *post-mortem*. Coincidindo no retratado, dimensões, e material, aí se descreve “Huma Estatua que Representa Elrey quazi de Dous Palmos de Barro da melhor Profeiçam”. À luz do atual conhecimento, a obra agora revelada poderá, assim, constituir um objeto pessoal do escultor, preservado na sua oficina até à data da morte.

Central para a compreensão desta variante pedestre é ainda a especificidade do modelo de representação do monarca, trajando à Romana – solução que o escultor advogou para a estátua equestre, mas que nunca conseguiu impor. Obrigado a seguir o projeto de Eugénio dos Santos, apenas teria liberdade, como lamenta, “para variar algumas prégas, ou dobras do manto no seu arrançamento, e miudezas semelhantes: porém no que eu desejava mais ansiosamente afastar-me dos desenhos, pelo que respeita ao traje do heroe, era em o vestir ao antigo uso Romano, como são vestidas as melhores Estatuas Equestres, e Pedestres, que existem”. (Castro, 1810: 25).

A posterior intenção de erguer uma nova estátua do rei constituiria, assim, a oportunidade para implementar o modelo que tanto defendeu, patente no gesto heroico e no bastão de comando erguido, símbolo legitimador do poder. Refletindo a influência dos esquemas franceses, reiteradamente citados pelo artista, são evidentes as afinidades com as estátuas de Luís XV nas praças de Rouen e Rennes – modelos a que Machado de Castro terá acedido por via da obra referencial de Pierre Patte (1723-1814), *Monumens érigés en France á la gloire de Louis XV* (1765), identificada, de resto, na sua biblioteca pessoal (Faria, 2007: 418).

Ainda que não tenha chegado a ser concretizado, este projeto encontra eco noutros dois monumentos pedestres da autoria de Machado de Castro, fundamentais para um melhor enquadramento do modelo em barro:

- A estátua do príncipe do Brasil, D. José, na escadaria do jardim botânico da Ajuda, executada em 1786 por Silvério Martins (Mendonça, 2008: 18), a partir do modelo do mestre.
- O projeto de uma estátua do príncipe regente D. João, para o Rio de Janeiro, em 1811.

Peça excecional no contexto das coleções públicas, amplamente documentada e de incontornável relevância, que permitirá preencher uma lacuna no conhecimento da obra de um dos mais importantes e consagrados artistas portugueses, importará, finalmente, considerar:

- **O baixo valor proposto pela leiloeira** (4.000,00 € a 6.000,00 €), manifestamente aquém de obras similares – designadamente o modelo em barro da estátua equestre, com as mesmas dimensões, adquirido em 2024 para o Museu Nacional de Machado de Castro, por 123.000,00 €.
- **O inegável interesse nacional** na aquisição desta peça e a imperiosa necessidade da sua adequada salvaguarda, valorização e exposição, através da incorporação numa coleção pública.

Face ao exposto, sou de parecer que deverá ser assegurada a abertura do procedimento administrativo de classificação da obra e garantida a sua aquisição para as coleções públicas portuguesas, com recurso ao direito de preferência.

Bibliografia

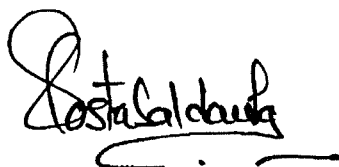
CASTRO, Joaquim Machado de - *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre do Senhor Rei D. José I.* Lisboa: Impressão Régia, 1810.

FARIA, Miguel Figueira de - *Machado de Castro (1731-1822): Estudos.* Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho - O Real Jardim Botânico da Ajuda: entre o Barroco e o Iluminismo. In *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas.* Lisboa: Gradiva, 2008, pp. 423-436.

SALDANHA, Sandra Costa, ed. - *Machado de Castro (1731-1822): das origens à consagração.* Lisboa: MMP-MNMC, 2024.

Coimbra, 22 de novembro de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sandra Costa Saldanha', with a horizontal line underneath.

Sandra Costa Saldanha

Historiadora da Arte
Diretora do Museu Nacional de Machado de Castro

